



I Congresso Nacional de Linguagens e Representações: *Linguagens e Leituras*
III Encontro Nacional da Cátedra UNESCO de Leitura
VII Encontro Local do PROLER
UESC - ILHÉUS - BA/ 14 A 17 DE OUTUBRO 2009

PELAS VEREDAS DA TRADUÇÃO: ENTRE MITOS E PALAVRAS

Alex Pereira de Araújo – UESC¹
alexscacba@yahoo.fr

Élida P. Ferreira – UESC, CNPq²
epferreira@uesc.br

Resumo: Este ensaio visa refletir sobre as questões de tradução levantadas por Jacques Derrida (1987), questões essas que não chegam a formalizar uma teoria da tradução, mas têm elas o ato de traduzir o original como veredas a ser percorridas por um sujeito endividado, ou seja, o tradutor. No dizer de Derrida, “a tarefa do tradutor indica a lei e a missão outorgada pelo outro a que o tradutor deve responder”. Neste sentido, entendemos aqui a tradução como um ato de diálogo, de negociação, uma vez que a língua, nesta perspectiva, é aquilo que não se deixa possuir. Com isso, os problemas da tradução são - de um lado - o problema da língua, de sua natureza heterogênea, fugidia; e, do outro, do modelo tradicional de tradução que se apoia na concepção de língua como algo homogêneo em que a diversidade, o diferente são vistos como pecado, como transgressão da linguagem (adâmica).

Palavras-chaves: Traduzir. Tradutor. Veredas. Diálogo. Mitos.

1. Os mitos da linguagem: primeiras palavras

Quando ouço falar em perfeita tradução, alguma coisa acontece, mexe com a razão de ser do tradutor que logo sou (*je suis*) ou que nunca sigo (*je suis*). Longe de querer por os quereres de Caetano nas questões que vou tratar aqui, vejo o trabalho do tradutor no domínio na/ da encruzilhada chamada linguagem, i.e., com seu modo de realizar-se dentro da tensão com o real, a realidade e o texto *a-traduzir*; da relação tensa, às vezes, idealizada, cuja interação dialógica de sujeitos inscritos fazem acontecer a linguagem. Nesse interstício, gostaria de retomar as reflexões de Jacques Derrida sobre o endividamento e a tarefa do tradutor não só em *Des Tours de Babel* (1987), mas

¹ Aluno do Mestrado em Letras: Linguagens e Representações do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus – BA, participa do projeto Traduzir Derrida Políticas e Desconstrução.

² Professora Doutora do DLA/ UESC e pesquisadora líder do projeto Traduzir Derrida Políticas e Desconstrução.

em *Carta ao amigo japonês* (1998) e no seu texto mais que antológico - na minha forma de traduzir Derrida – *A estrutura, o signo e o jogo no discurso nas ciências humanas* (1971). No trabalho de *desconstrutor* da Metafísica ocidental, Jacques Derrida é aquele que traduz a *destruição* nietzschiana, numa tradução permeada pela *différance*. Nesse sentido, os caminhos ou veredas que busco trilhar, entrar, percorrer aqui, são aqueles que de certa forma estabelecem o jogo do diálogo, o jogo da palavra. Nesse sentido, traduzir é dialogar?

Poderíamos dizer que a palavra tradução carrega em si o rastro da Metafísica ocidental, i.e., o traço de signo, o traço da ideia de tradução, de sua escritura, de sua escrita, de sua imagem ou imagens. Pensando dessa forma, parece que estamos no caminho da arqueologia foucaultiana, i.e., seria pensar o momento em que a tradução surge no sistema de pensamento ocidental. No entanto, buscamos aqui traduzir a tradução como diálogo. A *carta ao amigo japonês* (DERRIDA, op. Cit.) coloca a questão nesta via, a vereda do diálogo, aquela que busca estabelecer o jogo da tradução com alguém que está fora do ocidente, a via ou vias do oriente. Neste texto, escrito para o amigo japonês, Derrida tenta dialogar, negociar, jogar (o jogo das palavras) com o professor Izutsu acerca da “desconstrução”, i.e., como explicar a alguém do mundo oriental o que seria a sua desconstrução? A questão não é tão simples como parece. O primeiro fato a ser constatado é a forma de escrita do japonês, a qual tem origem na escrita chinesa. Elas constituem exemplos de escritas ideográficas, descartado por Saussure (2006, p. 36) no seu Curso de Linguística Geral (daqui para frente CLG). Parece que a Linguística estrutural não conseguiu estabelecer diálogo com as escritas ideográficas, muitos menos com as fonográficas ou alfabéticas. Eis aqui uma dívida saussuriana.

Já em relação à palavra diálogo, o sentido que buscamos aqui é aquele utilizado por Bakhtin (1997) no seu *Marxismo e Filosofia da Linguagem*:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que mais importante, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como comunicação em volta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer que seja. O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento de comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar nas reações impressas, institucionalizadas, que se encontram diferentes esferas da comunicação verbal (críticas, resenhas que exercem influências sobre o trabalhos posteriores, etc.). (p. 123)

Nesta perspectiva, defendemos a ideia de tradução como um processo que instaura o diálogo entre línguas, entre o tradutor com o autor, entre autor com o leitor e o tradutor com os leitores.

Voltemos para *Des tours de Babel (Às voltas com Babel)*³, nesta busca pela tradução da tradução. Nesta obra, Derrida descreve o tradutor como um sujeito endividado, obrigado por um dever, um herdeiro em suma. Dito de outra forma, pensar a tradução como diálogo significa estabelecer um jogo interativo em que as escolhas

³ A tradução publicada para o português do Brasil é de Junia Barreto, cujo título é *Torres de Babel*. Aqui usamos a de Francisco de Fátima da Silva em sua tese de doutorado (em Linguística Aplicada).- IEL. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.

tradutórias são negociadas, os sentidos buscados, não de forma pacífica, mas na tensão dos sentidos de sujeitos inscritos na/ pela linguagem.

A concepção de língua(gem) tem muito a ver com o trabalho do tradutor, com suas escolhas. Neste sentido que, para tornar mais claro esta exposição, gostaria de falar sobre alguns mitos que estão na gênese de uma concepção de linguagem, da linguagem inscrita na/ para Metafísica ocidental, a qual Derrida desconstrói em suas reflexões. Para Rajagopalan, um desses mitos é aquele da *linguagem adâmica*⁴ em que existe uma correspondência biunívoca entre palavra e coisa representada. Esta concepção constitui todo um sistema de conceitos que a sustentam. Os conceitos de língua/linguagem, de escrita, de tradução, de falante, de usuário da língua são alguns que tentaremos desconstruir aqui. O CLG talvez seja a mais perfeita tradução desta concepção, i.e., o lugar onde tais conceitos possam ser encontrados. Neste sentido, Derrida (2006, p. 125) afirma que: “a metafísica constitui um sistema de defesa exemplar contra a ameaça da escritura”. O nosso papel aqui é reconhecer as contradições e as limitações deste sistema e suas implicações no trabalho do tradutor. Neste sentido, podemos falar no *mito da tradutibilidade*⁵ entre as línguas. Este mito traz em si o desejo de tornar a linguagem adâmica possível, i.e., se há correspondência biunívoca entre coisa/ser e palavras, há em um plano superior a correspondência entre as línguas. Assim, é possível falar em perfeita tradução. No entanto, tal abordagem constitui uma forma de reduzir a linguagem, escondendo as relações de poder e as tensões existentes nela. A diferença é um pecado, a multiplicidades dos sentidos é visto como um castigo. O episódio bíblico da Torre de Babel trata da origem da multiplicação das línguas como um castigo divino. Não nos esqueçamos disso. Portanto, a tarefa do tradutor, numa visão clássica, é transferir o sentido de uma língua para outra. Desta forma, o tradutor faz acontecer a linguagem adâmica, pensando estar devolvendo a beleza unívoca de sentidos da linguagem como discurso uno, ao mesmo tempo em que restabelece a ordem divina do poder da palavra antes do castigo de Babel. A contradição e/ou limitação dessa visão podem ser vistas no trabalho de Benjamin a partir da desconstrução feita por Derrida em *Des Tours de Babel* (op.cit.):

A língua é determinada a partir da palavra e do privilégio da nomeação. É, de passagem, uma afirmação bastante fundamentada, senão bastante demonstrativa: “o elemento originário do tradutor” é a palavra e não a frase, a articulação sintática. Para dar o que pensar, Benjamin propõe uma imagem “curiosa”: a frase (*Satz*) seria “o muro que se ergue diante da língua original”, nesse caso, a palavra, palavra por palavra, e a literalidade (*Wörtlichkeit*) seria a “arcada”. Desta forma, o muro esconde (ele está diante do original), a arcada deixa passar a luz do dia e a possibilidade que se veja o original (não estamos longe das “passagens parisienses”). Este privilégio da palavra sustenta, evidentemente, o de nome e, com ele, a propriedade do nome próprio, risco e possibilidades do contrato de tradução. Ele coloca o problema econômico da tradução, quer se trate da economia como relação quantitativa (traduzir é transpor um nome próprio para várias palavras, para uma frase ou descrição etc.?).⁶ (p. 26-27).

⁴ Expressão usada por K. Rajagopalan em palestra proferida na Universidade Estadual de Santa Cruz em 2008.

⁵ Termo usado pelo professor João W. Geraldi no texto *Mitos Bíblicos: Fundamentos das percepções Judaico-cristãs da linguagem* proferido em conferência no I DIPRACS da Universidade Federal do Ceará, em agosto de 2009.

⁶ Tradução de Francisco de Fátima da Silva em sua tese de doutorado. Ver na referência.

Ora, a tradução para Benjamin é a tradução da palavra, mas que tipo de palavra ele está se referindo? Até a palavra “palavra” luta contra o cálice/cale-se da concepção adâmica de linguagem. Quando buscamos os sentidos da tradução na perspectiva dialógica, procuramos entender “a multiplicidade irreduzível das línguas, o inacabado, a impossibilidade de completar, de totalizar, de saturar, de alcançar algo que é da ordem da edificação, da construção arquitetônica, do sistema e da arquitetura”. A palavra, no sentido dialógico, se “completa” com a palavra enunciada, proferida, escrita pelo outro, a palavra do outro. A palavra só tem poder de ser palavra no diálogo. Ela está condenada como Sísifo a nunca completar o seu percurso, mas sempre percorrer, a nunca se completar definitivamente. Ela traz os espectros consigo desse percurso *ad infinitum*. Portanto, não há nem havia significado transcendental ou privilegiado e que o campo de jogo da significação não tinha, desde então, mais limites, dever-se-ia – mas é o que não se pode fazer – recusar mesmo o conceito de palavra signo (DERRIDA, 1995 [1971], p. 233). A palavra vista como signo linguístico em termos saussurianos, com sua face dupla: *significante* e *significado*; e o signo enquanto linguagem. A arbitrariedade do signo pode ser vista na perspectiva dialógica de tradução como o espectro da multiplicidade irreduzível das línguas. Pode ser traduzida como caminho(s) de transformação de que fala Derrida (ou como o traduzo) na tarefa do tradutor diante do texto a ser traduzido. A palavra escrita não é uma armadura para os sentidos, mas a linguagem sob forma do risco. A palavra é *risco*. A linguagem carrega em si a necessidade da sua própria crítica (DERRIDA, op. cit., p. 237).

2. A tradução como veredas de/para diálogo

Continuamos as voltas com Derrida, nos bosques da tradução. Uma pista é “nunca os textos traduzidos dizem o mesmo que o original” (p.62). A tarefa do tradutor é dialógica porque exige o diálogo com o original. Os sentidos são negociados. O processo dialógico é $A+B = A^1+B^1 = \text{diálogo}$. Nesta perspectiva, as línguas são permeadas pela riqueza de sua natureza heterogênea e social, as escolhas tradutórias operadas pela intervenção do tradutor são provas de que traduzir é dialogar. Neste sentido, podemos falar em léxico do endividamento recíproco, da quitação do débito, do sem alibi, do crime em termos derridianos, quando afirmamos que traduzir é estabelecer um diálogo não só com o original, mas com as línguas fonte e alvo. Isso sem nos esquecermos da natureza heterogênea delas. Quando falamos da natureza heterogênea das línguas, significa dizer que esta heterogeneidade traz em si os componentes linguísticos, ideológico e pragmático. A exemplo dessa heterogeneidade, citamos aqui como exemplo a tradução do texto *Grandes Sertões Veredas*, de Guimarães Rosa, no que diz respeito à dificuldade de estabelecer um diálogo com a língua do outro - o inglês -, uma vez que “já se opera, no interior do que supomos ser uma só língua, um deslocamento, uma transferência que pertence à ordem da tradução”⁷. Dito de outra forma, “ela, a língua, é aquilo que não se deixa possuir, mas que, por essa mesma razão, provoca toda espécie de movimentos de apropriação” (DERRIDA, 2001, p. 9). Nesta perspectiva, o problema da tradução é o problema da língua, uma vez que onde há língua há tradução e transformação, pois há um sujeito em ação (FERREIRA, 2006, p. 5). Com isso, podemos dizer que

Há transformações que correspondem, de um lado, à transformação em um contexto cultural, político e ideológico diferente, a uma tradição diferente e que fazem com que “o mesmo texto” – não existe

⁷1998 - Tradução de Paulo Ottoni (apud FERREIRA, 2006)

um mesmo texto, inclusive o original não é idêntico a si mesmo -, numa mesma cultura tenha efeitos diferentes. Por outro lado, a melhor tradução deve transformar a língua de chegada, isto é, ser ela mesma escritura inventiva, e assim transformar o texto (...) Creio, sim, que o texto traduzido comporta outra coisa que está em relação consigo mesma. Este é o paradoxo da tradução (...) (DERRIDA, p. 62-63).

Lembremos aqui do comprometimento de Derrida com a escrita. As suas incursões pelas veredas da tradução fazem parte também desse compromisso. Isso significa dizer que os seus gestos desconstrutores em relação ao logocentrismo e ao fonocentrismo contribuíram também para as questões ligadas à tradução, na medida em que investem contra as limitações da linguística, dita geral, e do sistema de defesa da metafísica ocidental contra a escrita. Dito isto, retomemos as questões que envolvem a tradução de *Grandes Sertões Veredas* levantadas por Ferreira (op.cit.). Na busca pelo entendimento do processo de traduzir, a autora analisa os seguintes fragmentos da obra em questão:

Nonada. Tiros que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus esteja. Alvejei mira em árvore, no quintal, no baixo do córrego. Por meu acerto. Todo dia faço isso gosto; desde mal em minha mocidade (...)

It is nothing. Those shots you heard were not men fighting, God be praised. It was just me there in the back yard, target-shooting down by the creed, to keep in practice. I do it every day, because I enjoy it; have ever since I was a boy (...)

Não se pode deixar de evidenciar que NONADA, por exemplo, é **uma palavra que não existe em português**, mas na oralidade pode ser a pronúncia de *Não é nada*. Como traduzir esta particularidade, esse idioleto, para uma língua estrangeira?

Para o leitor, após uma operação de tradução no interior da própria língua, constituir-se-á algum sentido para Nonada, o qual poderá não ser único. Além disso, não se pode deixar de considerar que a forma exerce uma força textual importante: e ao tradutor caberá como dar conta desse significante, que sabemos ser estranho ao próprio português. (FERREIRA, op.cit., p. 6, grifo nosso)

Ainda que Ferreira (ibid.) veja a tradução como transformação, a sua língua não é a mesma que usamos para pensar a tradução como diálogo. Há uma contradição no conceito que ela apresenta. No sentido que pensamos aqui, a tradução como processo dialógico e numa perspectiva de língua enquanto algo que luta contra sua possessão (a língua não pertence), em razão de sua natureza heterogênea, tal afirmação parece se comprometer com o mito da linguagem adâmica, una e bela quando diz que “a palavra não existe em português”. Tal discurso deixa transparecer a figura de um sujeito tradutor que se apropria de algo que se deixa ser possuído; no entanto, em virtude de sua natureza heterogênea, *a língua não pertence* nem deixa se possuir por ninguém. Há, neste caso, a ilusão de que o tradutor deve conhecer toda a língua para realizar uma boa tradução, ou ao menos conheça o centro desta língua. Pensemos um pouco: que linguista ou tradutor pode(m) afirmar se esta ou aquela palavra existe ou não numa língua diante de sua infinidade, característica das línguas naturais? No *Monolingüismo do outro* (2001), Derrida investe contra a visão de falante nativo como aquele que tem o

privilégio único de dominar sua língua em relação a outro falante não nativo. Aqui chamamos a atenção para o perigo de tentar transformar o tradutor num agente que tem os poderes de poder-saber traduzir, aquele que domina o que não se deixa dominar. Outro fato que cumpre ressaltar é a questão da oralidade na escrita. Em um texto como *Grandes Sertões veredas*, ela aparece como algo inovador, uma vez que não faz parte da escrita oficial. Obras como esta, muitas vezes classificadas como regionalistas, podem ser consideradas como o registro da oralidade regional, i.e., do cenário espacial a que ela se refere ou está contextualizada, no caso os sertões de Minas Gerais. O trabalho realizado pelo tradutor pode ser comparado com o realizado pelos etnolinguistas. O autor registra e o tradutor traduz. Neste sentido que me reporto ao texto proferido por Derrida na Universidade de Johns Hopkins, Baltimore, em 21 de outubro de 1966 – intitulado *A estrutura, o signo e o jogo nos discursos das ciências humanas* (op.cit.), em que ele fala, dentre outras coisas, sobre a *bricolagem etnográfica* de Lévi-Strauss. Aí, retomo as questões referentes à *totalização* das palavras (que foram pronunciadas desde que uma dada língua existe), e, do outro lado, a *não-totalização* (o esforço empírico de um sujeito ou de um discurso finito correndo em vão atrás de uma riqueza infinita que jamais poderá dominar) e o conceito de *jogo* tanto na obra de Lévi-Strauss (DERRIDA, 2001, p. 243-244) como nas questões pensadas aqui acerca da tradução. Nesta perspectiva, buscamos desconstruir Derrida e os seus gestos desconstrutores sobre e para a Linguagem.

Na crítica que Derrida faz à Etnologia estrutural de Lévi-Strauss, ele aponta que coexistem essas duas formas no discurso lévi-straussiano. No dizer de Derrida (ibidem), isso resulta, sem dúvida, do fato de haver duas maneiras de pensar o limite da totalização. A totalização e não-totalização da linguagem nos discursos das Humanidades. Trata-se aqui de por expressa e sistematicamente o problema de um discurso que vai buscar a uma herança os recursos necessários para a des-construção dessa mesma herança (idem). Pensamos com Derrida sobre o método da verdade na tradução (e no sentido lato na linguagem), da perfeita linguagem tradutória, da qual se apoiaria o tradutor. A palavra verdade, como nos lembra Derrida, aparece mais de uma vez em “A tarefa do tradutor”. Neste discurso que Benjamin se apoia: da multiplicidade negada e da multiplicidade irredutível das línguas, da palavra que contém o risco de ser linguagem Linguagem. Isto significa dizer que é preciso conter a con-fusão que Babel representa, “a multiplicidade das línguas precisa ser absolutamente dominada”. Nesta perspectiva, o tradutor está sempre endividado, aparece como devedor; sua tarefa é restituir ou entregar o que deveria ser entregue. No entanto, a origem de Babel traz consigo a tarefa necessária e impossível da tradução, da sua necessidade como impossibilidade. Talvez por isso, Benjamin não fale do problema da tradução. Essa trilha aberta para o não dito leva-nos a outro caminho, aquele da crítica (ou desconstrução) que Derrida faz da forma como a Etnologia de Lévi-Strauss concebe a linguagem, uma vez que o trabalho do etnólogo é bem semelhante com o do tradutor, e comparamos com a tarefa do tradutor em Benjamin sobre estas questões da tradução que são questões da/para linguagem:

Há portanto duas interpretações da interpretação, da estrutura, do signo e do jogo. Uma procura decifrar, sonha decifrar uma verdade ou uma origem que escapam ao jogo e à origem do signo, e sente como exílio a necessidade da interpretação. A outra, que já não está voltada para a origem, afirma o jogo e procura superar o homem e o humanismo, sendo o nome do homem o nome desse ser que, através da Metafísica ou da onto-teologia, isto é, da totalidade de sua própria história, sonhou a presença plena, o fundamento

tranqüilizador, a origem e o fim do jogo. (DERRIDA, ibidem, p. 249).

A busca por uma teoria da tradução nos coloca na trilha de uma região provisória, digamos ainda histórica, cuja concepção, formação, gestão, tarefa, hoje nos entrevemos. Por isso, Babel está sempre a-traduzir ou a-traduzir. Ela, no dizer de Derrida, não representa só a multiplicidade irreduzível das línguas, exibe também o inacabado, a impossibilidade de completar, de totalizar, de saturar, de alcançar algo que é da ordem da edificação, da construção arquitetônica, do sistema e da arquitetura. Desafiar a palavra divinizada e o original como sagrado talvez seja a principal tarefa da tradução da tradução. O original é sacro no sentido que exige o sacrifício corporal com os sentidos dos sentidos a serem traduzidos. Isto significa dizer que pode haver violação antes do casamento, mas nunca antes do diálogo. O diálogo indica a lei e a missão outorgada pelo outro a que o tradutor deve responder. Isto é algo da ordem da linguagem, da qual a tradução faz parte porque é dialógica.

Conclusão

As questões que refletimos aqui buscaram nos levar a outro caminho diferente daquele da concepção de língua (gem) sustentada pela idéia da tradução como caminho de volta a origem dos sentidos do original; concepção sustentada por dois mitos: o da linguagem adâmica e o da tradutibilidade, i.e., um sistema de pensar a tradução como algo mecânico em que não existem escolhas tradutórias, apenas transliteração trivial (banal, mecânica, repetitiva) do original para o texto a-traduzir. Ou ainda, por haver escolhas, por haver endividamento do original e do tradutor, o texto traduzido seja algo da ordem da impossibilidade a-traduzir o original, transformando-o em outra coisa próxima ou distante, i.e., boa ou má tradução. O outro caminho apresentado por nós na relação dialógica com Derrida é aquele que concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social representada e representado, i.e., ela só acontece na relação dialógica, interativa de sujeitos inscritos na/para linguagem. Nestas voltas dadas em torno de Babel, da sua con-fusão, sentimos a língua(gem) na sua forma mais natural e social como resposta ao/para o outro representado e em representação. Pensamos a linguagem como gesto desconstrutor, i.e., lugar onde a própria linguagem deve ser submetida a um questionamento desconstrutor. Esta linguagem (rebelde, maliciosa, astuta, *exúlica*⁸) provoca-nos gestos de apropriação através das línguas. Gestos ingênuos, os quais nos impedem de ver que “já se opera, no interior do que supomos ser uma só e mesma língua um deslocamento, uma transferência que pertence à ordem da tradução”. Pensar na tarefa do tradutor significa pensar a tradução como diálogo. Não achamos que “a tradução seja um acontecimento secundário e derivado em relação a uma língua ou a um texto de origem” (DERRIDA, 1998, p.24). Muito menos que as escolhas do tradutor são apenas escolhas do tradutor. Na realidade, ele deve responder ao outro porque a linguagem é jogo que se joga com/para o outro. Ora esta referência ao jogo é sempre tomada numa tensão (DERRIDA, 1971, p.246) de sujeitos da linguagem entre si e com ela.

Finalmente, chegamos a uma encruzilhada onde é preciso pensar nestas questões como questões de linguagens, de representações, de sentidos em con-fusão na relação dialógica de sujeitos inscritos na Linguagem. Na tensão da Linguagem com os sentidos e com os sujeitos. Na tarefa do tradutor traduzir a língua (gem) para si e para o outro.

⁸ Referência a Exu, divindade africana, considerada o orixá das línguas, da comunicação, das encruzilhadas e o mais humano de todos no Panteão do Candomblé.

Referências

- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. – 7ª ed. - Tradução Michel Lahud *et alii*. São Paulo, Hucitec, 1997 (Linguagem e Cultura).
- DERRIDA, J. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- _____. **O monolinguismo do outro ou a prótese de origem**. – Tradução Fernanda Bernardo. Porto: Campos das Letras, 2001.
- _____. Carta a um amigo japonês. Tradução Érica Lima. In: OTTONI, P.(org.). **Tradução – a prática da diferença**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, FAPESP, 1998.
- FERREIRA, É. P. Tradução e transformação em *the devil to pay in the blacklands*. In: SCHEYREL, D. & RAMOS, E. (Org.). **Vozes, olhares, silêncios** - diálogos transdisciplinares entre a lingüística aplicada e a tradução. Salvador: EDUFBA, 2006, v.p.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. -20ª Ed. – São Paulo: Cultrix, 2006.
- SILVA, F.F. **Às Voltas Com Babel: Derrida e a tradução (catacréstica)**. Tese de doutorado (em Linguística Aplicada) - IEL - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.